

# AGRICULTURA FAMILIAR, PROCESSO PRODUTIVO E TRABALHO: UMA PESQUISA EM PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA (RS)

Adriana Dametto<sup>1</sup>

Cleide Fátima Moretto<sup>2</sup>

O processo produtivo no setor primário sinaliza a coexistência de duas dinâmicas não excludentes: a produção em larga escala e a pequena propriedade familiar. O fator trabalho assume papéis distintos nessa dinâmica, sobretudo em termos das relações de produção. O objetivo do identificar a estrutura e as principais características do processo produtivo e do fator trabalho das propriedades rurais ligadas ao setor primário do município de Tapejara (RS). Para tanto, examina os principais determinantes do processo produtivo do setor primário em nível de país, com ênfase no fator trabalho, evidencia os principais condicionantes do trabalho nas pequenas propriedades e identifica as principais características do processo produtivo e do fator trabalho das propriedades rurais ligadas ao setor primário do município de Tapejara (RS). A pesquisa aplicada, em nível descritivo, segue a abordagem quantitativa, baseada na análise de estatística descritiva simples. Além da pesquisa bibliográfica nas áreas da economia rural e da economia do trabalho, conta com pesquisa de levantamento de dados primários, por meio de amostragem probabilística, com 88 produtores rurais do município de Tapejara. As categorias de análise focalizam a estrutura das propriedades, a composição das famílias, a caracterização dos residentes nos domicílios e a caracterização dos responsáveis pela tomada de decisão. Conclui que, na amostra, predominam pequenas propriedades com trabalho familiar, com poucos residentes e presença de pessoas integrantes de faixas etárias mais altas e, na maioria dos casos, com o controle da tomada de decisão sob responsabilidade do gênero masculino.

Palavras-chaves: Processo produtivo. Setor primário. Município de Tapejara (RS).

Sessão Temática: Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos nota-se uma maior atenção ao papel da pequena propriedade familiar no contexto da produção do setor primário. Sabe-se que esta característica impõe inúmeros desafios em termos de inserção no mercado capitalista. Todavia, trata-se de uma oportunidade potencial para a obtenção e manutenção da renda e do trabalho para um número significativo de pessoas, que nas condições normais, poderiam estar excluídos da lógica produtiva.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: adrianadametto@gmail.com

<sup>2</sup> Economista. Doutora em Teoria Econômica. Professora titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Feac) da Universidade de Passo Fundo. E-mail: moretto@upf.br

No contexto da diminuição expressiva das pessoas ocupadas em atividades agrícolas ocorrida nos últimos tempos, Schneider e Waquil (2001), tratando especificamente da agropecuária gaúcha, justificam tal fato pelo aprofundamento do processo de diferenciação social e econômica, onde ocorre uma divisão entre latifúndios e minifúndios. De um lado, conforme os autores, estão as categorias sociais e os grupos de proprietários que estão integrados ao padrão tecnológico dominante. De outro lado, como completam os autores, se identifica-se as categorias sociais e os estabelecimentos rurais que não conseguem se inserir neste padrão hegemônico em razão das escalas de produção requeridas e do alto custo financeiro para manterem atualizados os recursos tecnológicos. Dias (2006) complementa tal idéia argumentando que a atividade rural é marcada pela coexistência de grandes disparidades no que se refere ao acesso à terra, às relações de produção, à tecnologia utilizada e ao valor e destino da produção. Em contrapartida a isso, conforme Del Grossi (2008), surgem novas atividades agrícolas no meio rural em nichos especializados de mercados e oportunidades de atividades não-agrícolas para as pessoas com domicílio rural, quer no aglomerado urbano mais próximo, quer no próprio meio rural.

Na agricultura familiar, como define Andrioli (2008), o próprio trabalho da família é responsável pela geração de valor, o que a diferencia da agricultura patronal, na qual há uma relação típica de exploração de trabalho alheio de empregados ou trabalhadores assalariados. A agricultura familiar é, também, como cita o autor, responsável pela maior parte da produção de alimentos, principalmente por sua característica de integrar a produção e o consumo.

O município de Tapejara, localizado na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, possui uma população de aproximadamente 19.200 habitantes conforme Censo realizado pelo IBGE (2010). Destes, cerca de 88,7% pertencem a zona urbana; apenas 11,3% de população rural. Segundo o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2007), o município de Tapejara possuía, no ano de 2006, 809 estabelecimentos agropecuários que envolviam uma área total de 19.450 hectares, o que significa uma área média de 24,04 hectares para cada propriedade.

Tendo como base esta realidade, o objetivo fundamental do presente artigo é identificar a estrutura e as principais características do processo produtivo e do fator trabalho das propriedades rurais ligadas ao setor primário do município de Tapejara (RS). Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla realizada para identificar os condicionantes socioeconômicos do fator trabalho nestas propriedades rurais.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de nível descritivo, que se enquadra no método dedutivo e segue uma abordagem quantitativa. Baseando-se em pesquisa

bibliográfica nas áreas da economia rural e da economia do trabalho, o estudo é complementado com pesquisa de levantamento de dados primários, com amostragem probabilística, que contou com a aplicação de 88 formulários aos proprietários rurais do município de Tapejara, durante os meses de outubro e novembro de 2011. A análise dos dados realiza-se por meio de estatística descritiva simples, como frequência absoluta, frequência relativa e análise de correlação.

Buscando cumprir os objetivos citados, o presente artigo está dividido em cinco seções, incluindo a introdução. Na segunda seção apresenta-se a discussão sobre a agricultura familiar e os principais determinantes da produção e do trabalho no meio rural. O terceiro capítulo sintetiza a metodologia da pesquisa realizada e define as variáveis e categorias consideradas. O quarto capítulo traz a discussão dos resultados obtidos e, por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais.

## **2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O FATOR TRABALHO: CONTEXTO E DESAFIOS**

Trabalhadores são todos os homens e mulheres que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho nos setores formais ou informais da economia (DIAS, 2006).

De acordo com Schneider e Waquil (2001), a diminuição expressiva das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, ocorrida nos últimos tempos, especificamente na agropecuária gaúcha, justifica-se pelo aprofundamento do processo de diferenciação social e econômica, onde ocorre uma divisão na estrutura das propriedades entre latifúndios e minifúndios. Neste contexto, como identificam Buainain e Dedecca (2008), o mercado de trabalho agrícola brasileiro carrega elevada heterogeneidade em sua estrutura ocupacional, marcada por uma presença limitada das relações de trabalho assalariado que convive com uma diversidade de outras formas de relações de trabalho, caso daquelas atividades que se destinam à sobrevivência dos próprios trabalhadores.

Portanto, há que se ter presente que a agricultura familiar<sup>3</sup> está associada à realidade do fator trabalho na mesma medida em que se integra ao fator capital. De acordo com Souza Filho et al. (2004), é comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado do

---

<sup>3</sup> Cabe diferenciar os conceitos de agricultura familiar e de agricultura camponesa (ou campesinato). Fernandes (2001, apud FERNANDES, 2003, p. 18), destaca que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, o autor afirma que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa. Segundo ele, aí que surge o termo agricultura patronal.

ponto de vista econômico, tecnológico e social, voltado fundamentalmente para a produção de produtos alimentares básicos e com uma lógica de produção de subsistência. Porém, como explicam os autores, esta imagem da agricultura familiar está longe de corresponder à realidade. Segundo eles, o universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres, que detém, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável até famílias com grande dotação de recursos como terra, capacitação, organização, conhecimento, entre outros. Para os autores, “os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação ao tamanho da terra e capacidade de produção, mas também em relação às condições de acesso à tecnologia, infra-estrutura e nível de organização” (SOUZA FILHO et al., 2004, p. 2). Na concepção de Andrioli (2008), na agricultura familiar, o próprio trabalho da família é responsável pela geração de valor, o que a diferencia da agricultura patronal, na qual há uma relação típica de exploração de trabalho alheio de empregados ou trabalhadores assalariados. A agricultura familiar é, também, como cita o autor, responsável pela maior parte da produção de alimentos, principalmente por sua característica de integrar a produção e o consumo.

A agricultura e o meio rural da região Sul do Brasil, como explicam Grisa e Schneider (2008), passaram por profundas transformações desde a década de 1970. Para eles, elementos característicos da “pequena agricultura” e/ou da agricultura camponesa foram sendo substituídos por novas práticas e meios de produção. Segundo os autores, chegou-se a presumir que outras características da agricultura e do meio rural também seriam alteradas, como a produção para o autoconsumo. No entanto, conforme os autores, o autoconsumo permanece como uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades. Destacam que a atividade para autoconsumo faz parte de um modo de organizar a atividade produtiva e reflete um repertório cultural que caracteriza a sociabilidade e identidade destes agricultores. Na visão dos autores, esta atividade tem grande relevância como fonte de renda não-monetária, que efetivamente auxilia na melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e no combate à pobreza rural.

De acordo com Brumer (2004), diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por gênero na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. Brumer e Freire (s.d., apud BRUMER, 2004, p. 211) em pesquisa realizada, verificaram que, na divisão de trabalho que se estabelece entre os gêneros,

ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca além do uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, segundo as autoras, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Como citam as autoras, entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim.

Os jovens, segundo Brumer (2004), são considerados parte da ajuda familiar, trabalhando como os outros e tendo suas necessidades básicas atendidas no mesmo nível que os demais membros da família, mas devem pedir dinheiro aos pais quando pretendem ter alguma atividade de lazer fora do lar ou quando necessitam comprar algum objeto de uso pessoal. Geralmente, como diz a autora, os rapazes exercem suas atividades com os pais, participando juntamente com eles ou substituindo-os em algumas de suas responsabilidades, e as moças exercem suas atividades junto com as mães, acompanhando-as no trabalho produtivo e nos afazeres do lar ou substituindo-as nas tarefas domésticas. Em alguns casos, como aponta a autora, os produtores atribuem aos jovens um pedaço de terra, para que eles produzam na mesma de forma independente e usufruam seus benefícios, mantendo-os ao mesmo tempo como mão-de-obra auxiliar no restante da terra sob sua administração. Outros ainda, conforme descreve Brumer (2004), criam uma espécie de “parceria familiar”, por meio da qual o filho ou os filhos (geralmente casados) que trabalham na propriedade familiar recebem uma parcela da produção.

Nesta direção, Juchem et al. (2005) comentam que a questão de sucessão dentro das empresas familiares apresenta-se bastante conflitante, pois existe a resistência por parte dos fundadores em deixar o comando da empresa para o filho ou para aquele que está mais apto a comandar o empreendimento. Segundo os autores, o motivo para tal fato, possivelmente, seja porque o fundador não percebe que o filho ou a nova geração passou por um processo de ensino no qual aprendeu a base para comandar ou até mesmo a montar a sua própria organização, já que o modo de criação das duas gerações foram totalmente diferentes. “O pai teve que dar o sangue para conseguir erguer a empresa e dar continuidade, enquanto que o filho está recebendo-a pronta, não precisando iniciar “do nada” e não tendo que aprender tudo sozinho” (JUCHEM et al., 2005, p. 4).

Para Andrioli (2008), a agricultura familiar é dependente de alguns fatores de produção. O primeiro fator citado pelo autor é a terra, sendo ela um recurso limitado e que não pode ser reproduzido. O segundo tópico citado pelo autor refere-se à dependência da agricultura, uma das principais atividades desenvolvidas pelos proprietários, para com a natureza e suas condições climáticas. O terceiro fator limitante, de acordo Andrioli (2008), é o acesso dos agricultores ao crédito e ao capital. O fato de haver concorrência e também o caso da superprodução de cereais e de alimentos no mundo faz com que os preços dos produtos agrícolas tendencialmente venham a baixar, como ressalta o autor. Outra preocupação do autor volta-se para a monopolização do fornecimento de insumos agrícolas, o que, combinado à baixa dos preços dos produtos, levam a uma menor remuneração do trabalho dos agricultores.

A agricultura familiar, que integra a propriedade da terra e o trabalho, teria que se movimentar de uma outra forma dentro dessa lógica para poder subsistir, conforme coloca Andrioli (2008). Tendo como foco principal a redução de custos de produção para que se tenha maior valor acumulado por unidade produzida, o autor destaca uma diferença importante que se observa entre a agricultura patronal e a agricultura familiar. Na primeira, conforme o autor, os empresários rurais têm utilizado tecnologias que reduzem a força de trabalho necessária para se produzir determinada unidade de produção. No entanto, como enfatiza Andrioli (2008), para que um agricultor familiar possa agir da mesma forma, buscando a redução de custos, ele teria que desempregar a si mesmo, seus filhos ou alguém da sua família, sendo que os mesmos continuariam consumindo. Defende a idéia da necessidade de ocupação da família em várias atividades, pelo fato de que o trabalho da mesma precisa gerar valor o ano todo como forma de sustento, o que torna a prática da monocultura inviável. É o que será tratado na próxima seção, destacando a inserção da pluriatividade nas pequenas propriedades rurais.

Para Del Grossi (2008), o contínuo progresso técnico no processo de agropecuária tem acarretado a simplificação das tarefas, poupando mão-de-obra nas atividades agrícolas. Em contrapartida, segundo ele, surgem novas atividades agrícolas no meio rural em nichos especializados de mercados e oportunidades de atividades não-agrícolas para as pessoas com domicílio rural, quer no aglomerado urbano mais próximo, quer no próprio meio rural. Na visão do autor, este avanço de atividades tem compensado a queda dos ocupados na agricultura. Del Grossi afirma que, ao se utilizar a família como unidade de análise, a pluriatividade se revela crescente entre as famílias rurais, juntamente com as famílias dedicadas integralmente às atividades não-agrícolas. Situação apontada por Buainain e

Dedecca (2008), quando argumentam que a transformação das atividades agrícolas é acompanhada por seu maior entrelaçamento com aquelas de natureza não-agrícola. É possível, ainda, que, em determinadas situações, o meio rural não tenha qualquer relação com a atividade produtiva.

Entretanto, como alerta Balsadi (2001), não se pode justificar o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas da população economicamente ativa com domicílio rural apenas pelos avanços tecnológicos. Para o autor, outros fatores também são explicativos e estes se relacionam com a crise na agricultura, com as novas funções do meio rural e a emergência de novos atores rurais, com as mudanças nas famílias rurais e nas explorações agropecuárias e com as similaridades entre os mercados de trabalho urbano e rural.

### **3 MÉTODOS E TÉCNICAS**

Tendo como objetivo a identificação dos fatores que caracterizam a relação de trabalho existente no setor primário e avaliar sua contribuição na utilização de mão-de-obra, optou-se pela realização de pesquisa bibliográfica embasada nas teorias da economia agrícola e economia do trabalho e complementada com pesquisa de levantamento de dados primários. Tal estudo, de nível aplicado e descritivo, enquadra-se no método dedutivo e segue uma abordagem quantitativa. O levantamento dos dados para este estudo baseia-se numa amostragem probabilística proporcional (BERNI, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2010). Os dados obtidos foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva simples como frequência absoluta, frequência relativa e correlação, com o auxílio do software SPSS (2010).

#### **3.1 CATEGORIAS E VARIÁVEIS UTILIZADAS**

O foco da análise é avaliar os principais fatores relacionados com a unidade produtiva que auxiliam na permanência ou não das pessoas na propriedade. As principais categorias e as variáveis complementares utilizadas como instrumento de coleta dos dados e de análise dos resultados na pesquisa de levantamento foram as seguintes:

- a) Caracterização da unidade e do processo produtivo: essa variável busca analisar as principais características da unidade produtiva e do processo produtivo. A princípio, na pesquisa, infere-se que a maior parte delas se enquadra como pequenas. Para esta variável, foram consideradas as seguintes categorias: área total, área aproveitável, condição legal do produtor e forma de utilização das terras;

- b) Caracterização do processo de trabalho: tem a finalidade de caracterizar o processo de trabalho realizado na unidade produtiva. Para esta análise, utilizou-se das seguintes categorias: utilização e proveniência de orientação técnica especializada, número de máquinas na propriedade, propriedade das máquinas utilizadas no processo, número de residentes que trabalham na propriedade e existência de empregados externos, jornada de trabalho diária de cada um, horário de início e de término das atividades, número de pausas durante a jornada, utilização de equipamentos de proteção individual durante a realização das tarefas e ocorrências de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais no exercício das atividades;
- c) Caracterização das atividades: tem por objetivo delinear os ramos de atividade que são praticados na unidade produtiva. As categorias consideradas foram: tipos de atividades agrícolas com destino à subsistência e ao mercado, definição da atividade principal e prática de atividades não agrícolas;
- d) Origem da capitalização: procura descrever a origem da capitalização das terras que compõem a propriedade, com o emprego das categorias: composição da propriedade e forma de obtenção das terras;
- e) Renda da propriedade: pretende demonstrar o montante de renda que é obtido pela propriedade, procurando definir: o montante de renda gerado pela atividade agrícola principal da propriedade e a renda obtida por atividades não agrícolas ou aposentadoria de algum dos residentes, obtendo a renda *per capita* dos moradores;
- f) Relação hierárquica e sucessão: essa variável tem a finalidade de estabelecer a relação entre as diferentes gerações que compõem a unidade produtiva e o nível de permanência na propriedade. As categorias utilizadas nesta variável foram: número de gerações que já residiram na propriedade, tempo de residência da família e perspectivas de sucessão da propriedade.

### 3.3 FORMA DE OBTENÇÃO E DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para o levantamento dos dados necessários para a análise, utilizou-se de aplicação de formulário composto por questões abertas e questões fechadas com diversas alternativas de resposta. Os dados referentes ao tamanho da população composta pelos proprietários rurais residentes no município foram obtidos por meio de informações cedidas pelo Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Tapejara, oriundos de um censo que o mesmo realizou no ano de 2009, buscando caracterizar os residentes das famílias rurais. Essa população corresponde a um total de 676 famílias. Considerou-se um grau de significância de 90% e obteve-se uma amostra de 88 famílias. A definição do número de domicílios visitados em cada comunidade que compõe o município ocorreu de forma proporcional a sua representatividade no total da população.

A aplicação dos formulários<sup>4</sup> ocorreu no período de 25 de outubro a 05 de novembro. Os formulários foram respondidos pela pessoa que se encontrava em casa ou pela pessoa que possuía maior disponibilidade de tempo, visto que o período de aplicação corresponde ao período de plantio das culturas de verão, estando a maioria dos agricultores empenhados no trabalho. É válido citar que em todos os estabelecimentos foi firmado o compromisso pelo entrevistador de que as informações prestadas seriam de caráter confidencial e que seriam apresentadas apenas de forma agregada.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O município de Tapejara, base deste estudo, localiza-se a nordeste do estado do Rio Grande do Sul, pertencente à mesorregião Noroeste e microrregião geográfica de Passo Fundo. Segundo Brumer (2004), a região Nordeste é a região mais industrializada e urbanizada do estado, onde predominam na agricultura as pequenas propriedades. A autora estima que a produção familiar caracterize de um modo geral a maioria dos estabelecimentos agropecuários do estado com área inferior a 100 hectares, abrangendo, assim, cerca de 90,0% do total.

Com base nos dados coletados a respeito da área total das propriedades, pode-se afirmar que o município é composto em sua maioria por pequenas propriedades rurais. Cerca de 50,0% das mesmas possuem até 16 hectares de área, 86,4% possuem até 50 hectares, 12,6% possuem de 50 a 100 hectares e apenas 5,6% possuem mais de 100 hectares de área. A área média das propriedades rurais do município é de aproximadamente 27 hectares. Como pode ser confirmado pelo valor da mediana, metade das propriedades possui, em média, até

---

<sup>4</sup> A seleção dos domicílios a serem visitados aconteceu aleatoriamente por meio da aplicação da tabela de números aleatórios. Foram aplicados, primeiramente, formulários em duas propriedades como uma forma de pré-teste dos mesmos. A partir dos nomes dos proprietários, os estabelecimentos selecionados foram visitados e, em casos que os proprietários se recusaram a responder ou que não havia pessoas em casa, partiu-se para a propriedade mais próxima. Sobre a caracterização dos residentes, nos casos em que todas as pessoas da família encontravam-se no domicílio, cada qual respondeu sobre si, em caso contrário, o respondente transmitiu as respostas sobre os demais.

16 hectares de extensão e a outra metade possui mais do que essa medida, sendo que a área máxima das mesmas corresponde a 180 hectares. Nota-se que 75,0% das propriedades têm até 30 hectares. A área das propriedades varia de 0 a 180 hectares, mas uma área de 25 hectares foi a mais frequente (moda) entre os estabelecimentos.

Para a demonstração da área aproveitável das propriedades, nesse estudo, considerou-se apenas a área com possibilidades de plantio, por apresentar maior facilidade e precisão no momento do fornecimento do dado pelas pessoas questionadas. Identifica-se que em 69,3% dos casos existem até 20 hectares aproveitados para plantio. Em 89,7% das propriedades são aproveitados até 50 hectares e apenas em 10,2% delas aproveita-se mais de 50 hectares. Em média, isso resultaria em 76,0% da área total de cada propriedade como sendo área aproveitável.

Analisando-se as principais atividades produtivas praticadas entre as propriedades, é válido citar que a maioria dos estabelecimentos não se detém em apenas uma, mas procura combinar várias delas, ou seja, há diversificação. Isso confirma a visão de Del Grossi (2008), quando afirma que a pluriatividade é crescente entre as famílias rurais. A principal justificativa citada pelos agricultores entrevistados para essa prática é de que, com os custos altos existentes, uma só atividade não rende o suficiente para manter a propriedade. Pode-se acrescentar o depoimento de um senhor agricultor quando diz: *“Ah, só da roça (lavoura) a gente não sobrevive”*.

Quadro 1. Principais tipos de atividades praticadas pelas propriedades pesquisadas destinadas para o mercado

Atividade	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Cultivo de cereais	82	93,2
Criação de gado leiteiro	48	54,5
Venda direta de ovos ou outros derivados de origem animal	37	42,0
Criação de gado de corte	19	21,6
Transformação de produtos agrícolas ou pecuários	12	13,6
Criação de aves	10	11,4
Apicultura	8	9,1
Horticultura	7	8,0
Silvicultura	6	6,8
Criação de ovinos/caprinos	6	6,8
Criação de suínos	5	5,7
Fruticultura	4	4,5
Piscicultura	3	3,4

Fonte: primária.

Dentre as principais atividades executadas nas propriedades<sup>5</sup> com fins mercantis, a mais frequente é o cultivo de cereais, praticada em 93,2% das propriedades, como pode ser visto no Quadro 1. A segunda atividade com maior frequência é a criação de gado leiteiro, presente em 54,5% das propriedades. A venda direta de ovos ou outros derivados de origem animal é a terceira atividade mais citada, praticada em 42,0% das propriedades pesquisadas. É importante destacar que esta atividade, embora bastante praticada, possui menor volume de produção. Ainda, 21,6% das famílias também criam gado para corte com destino ao mercado, 13,6% trabalham com transformação de produtos agrícolas ou pecuários e 11,4% das famílias desenvolvem a avicultura. Em menor número de propriedades são praticadas a horticultura, a criação de suínos, a fruticultura, e, com menor volume de produção, a apicultura, a silvicultura, a criação de ovinos e/ou caprinos e a piscicultura.

De todas as atividades desenvolvidas nas propriedades, procurou-se identificar aquela que mais gerava renda como sendo a atividade principal. O cultivo de cereais se destaca por ser a atividade principal em 64,7% das propriedades. A criação de gado leiteiro é a segunda atividade que mais gera renda, referenciada em 24,7% das respostas. Em 7,1% das propriedades, a criação de aves é a atividade principal, em 2,4% é a horticultura e, em 1,2%, é a criação de suínos. Em apenas três (3) das 88 propriedades pesquisadas não são praticadas atividades agrícolas com destino ao mercado.

Voltando-se para a renda bruta anual gerada por essas atividades, pode-se notar que 50,6% das propriedades obtêm até R\$ 25.200,00 anuais com a atividade principal, 80,0% até R\$ 70.000,00, e apenas 11,4% do total das propriedades geram com essa atividade renda superior a R\$ 100.000,00 anuais. A renda média bruta anual das 85 propriedades que praticam atividades agrícolas, proveniente de sua principal atividade, é de R\$ 43.225,88, variando de R\$ 1.000,00 a R\$ 200.000,00. O valor de renda mais frequente nas propriedades é de R\$ 12.000,00 por ano. Esses dados demonstram a grande desigualdade existente entre as propriedades também no âmbito da renda, quando poucos agricultores possuem renda alta e a maioria possui renda baixa. É importante destacar que os dados coletados referem-se à renda média bruta, e que a renda líquida efetiva de cada propriedade varia muito conforme o tipo de

---

<sup>5</sup> Uma das principais vantagens da agricultura é a possibilidade de produção de variados produtos que se destinam à subsistência da família, tendo-se, ainda, a opção de venda do excedente. De acordo com os dados obtidos, 96,6% das propriedades adotam a prática da horticultura com destino à subsistência, 95,5% possuem árvores frutíferas para consumo, 85,2% criam aves, 77,3% gado leiteiro, 68,2% gado para corte, 65,9% suínos, 62,5% produzem ovos ou outros derivados de origem animal, 58,0% praticam silvicultura e 50,0% transformam produtos agrícolas ou pecuários para o consumo da família. Apicultura, piscicultura, criação de caprinos e/ou ovinos e cultivo de cereais também são praticados em algumas propriedades para subsistência.

atividade, o tamanho da propriedade, a dependência de contratação de serviços para plantio e colheita, dentre outros. Complementando, cabe aqui citar o depoimento de uma senhora agricultora quando diz que: “*A gente paga adubo, paga semente, paga pra colher, paga pra puxar, no fim não sobra nada*”. Em várias propriedades foi citado que o custo das atividades agrícolas é muito alto, principalmente nas atividades com gado leiteiro e no cultivo de cereais para aqueles que não possuem seu próprio maquinário.

Além da prática das atividades agrícolas já citadas, cerca de 33,0% delas complementam sua renda com alguma atividade não agrícola. Dentre as atividades não agrícolas mais citadas, o trabalho externo de algum integrante da família foi o mais frequente, presente em 26,1% das propriedades. Outras atividades também são praticadas, como crochê e bordados, aluguel de algum imóvel, costura, turismo rural, venda de confecções ou cosméticos e produção de massas caseiras, mas o número de ocorrências é pouco significativo.

No que se refere à modernização das técnicas de produção, investigou-se o número de máquinas, existentes nas propriedades, utilizadas para o desenvolvimento das atividades. Quanto ao número de tratores existentes, 33,0% das propriedades não possuem nenhum, porém se utilizam de contratação do serviço para as atividades que se fazem necessárias. Em 36,4% dos estabelecimentos o proprietário possui um trator, em 20,5% há dois (2) tratores, em 6,8% existem três (3), em 2,3% há quatro (4) tratores, e em apenas um (1) caso o proprietário possui cinco (5) tratores. Quanto ao número de colheitadeiras, 72,7% das propriedades não possuem nenhuma, 20,5% possuem uma (1) e 6,8% possuem duas (2) colheitadeiras. Sobre os implementos agrícolas existentes, 36,4% das propriedades não possuem nenhum, 30,6% delas possuem de um (1) a cinco (5) implementos agrícolas, 29,6% possuem de cinco (5) a 10 implementos e 3,4% possuem mais de 10 implementos agrícolas. Em 80,7% das propriedades o proprietário não possui nenhum caminhão, em 17% possui um (1) e em 2,3% possui dois (2) caminhões.

Em muitos casos, o proprietário possui as máquinas suficientes para efetuar uma etapa do trabalho apenas, dependendo de contratação de serviço para o restante da atividade. Em 64,8% dos casos, os proprietários dependem de contratação de serviço para o desenvolvimento de suas atividades com uso de máquinas. Em 51,1% das propriedades, as máquinas utilizadas, ou uma parte delas, são próprias, e em 26,1% elas são de propriedade coletiva. Em 5,7% das propriedades, o trabalho realizado na agricultura é manual, não dependendo de máquinas agrícolas, e, em 2,3% delas, é realizada uma espécie de troca de favores com o dono das máquinas.

**Correlations**

		Área total da propriedade	Criação de suínos (mercado)	Criação de aves (mercado)	Cultivo de cereais (mercado)	Renda bruta anual gerada na atividade principal	Número de tratores	Número de colheitadeiras	Número de implementos agrícolas	Número de caminhões	Número de carros
Área total da propriedade	Pearson Correlation	1	-,086	,095	,203	,887**	,653**	,524**	,595**	,619**	,382**
	Sig. (2-tailed)		,424	,378	,058	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	88	88	88	88	85	88	88	88	88	88
Criação de suínos (mercado)	Pearson Correlation	-,086	1	,221*	-,128	-,052	-,074	-,139	-,010	-,114	,077
	Sig. (2-tailed)	,424		,038	,233	,634	,496	,196	,930	,289	,479
	N	88	88	88	88	85	88	88	88	88	88
Criação de aves (mercado)	Pearson Correlation	,095	,221*	1	,097	,146	,190	,095	,219*	,142	,265*
	Sig. (2-tailed)	,378	,038		,369	,183	,077	,380	,040	,186	,013
	N	88	88	88	88	85	88	88	88	88	88
Cultivo de cereais (mercado)	Pearson Correlation	,203	-,128	,097	1	,077	,280**	,153	,228*	,126	,135
	Sig. (2-tailed)	,058	,233	,369		,481	,008	,153	,032	,242	,211
	N	88	88	88	88	85	88	88	88	88	88
Renda bruta anual gerada na atividade principal	Pearson Correlation	,887**	-,052	,146	,077	1	,708**	,539**	,626**	,687**	,414**
	Sig. (2-tailed)	,000	,634	,183	,481		,000	,000	,000	,000	,000
	N	85	85	85	85	85	85	85	85	85	85
Número de tratores	Pearson Correlation	,653**	-,074	,190	,280**	,708**	1	,719**	,858**	,715**	,434**
	Sig. (2-tailed)	,000	,496	,077	,008	,000		,000	,000	,000	,000
	N	88	88	88	88	85	88	88	88	88	88
Número de colheitadeiras	Pearson Correlation	,524**	-,139	,095	,153	,539**	,719**	1	,671**	,756**	,285**
	Sig. (2-tailed)	,000	,196	,380	,153	,000	,000		,000	,000	,007
	N	88	88	88	88	85	88	88	88	88	88
Número de implementos agrícolas	Pearson Correlation	,595**	-,010	,219*	,228*	,626**	,858**	,671**	1	,593**	,383**
	Sig. (2-tailed)	,000	,930	,040	,032	,000	,000	,000		,000	,000
	N	88	88	88	88	85	88	88	88	88	88
Número de caminhões	Pearson Correlation	,619**	-,114	,142	,126	,687**	,715**	,756**	,593**	1	,405**
	Sig. (2-tailed)	,000	,289	,186	,242	,000	,000	,000	,000		,000
	N	88	88	88	88	85	88	88	88	88	88
Número de carros	Pearson Correlation	,382**	,077	,265*	,135	,414**	,434**	,285**	,383**	,405**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,479	,013	,211	,000	,000	,007	,000	,000	
	N	88	88	88	88	85	88	88	88	88	88

\*\* Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

\* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Quadro 2 Matriz de correlação entre variáveis ligadas à produção, à renda e o número de máquinas e equipamentos disponíveis pelas propriedades pesquisadas.

Considerando que a correlação expressa uma medida numérica do grau de relação encontrada entre variáveis, a análise da matriz de correlação apresentada no Quadro 2 aponta para alguns destaques. As variáveis que possuem relação mais significativa, a um nível de 1,0% de significância, são a área total da propriedade e a renda bruta anual gerada na atividade principal (0,887), o número de tratores (0,653), o número de colheitadeiras (0,524), o número de implementos agrícolas (0,595) e o número de caminhões (0,619). Isso demonstra que o tamanho da propriedade representa um grau de capitalização maior e, portanto, maiores condições de acesso às novas tecnologias. É interessante observar que o cultivo de cereais não se correlaciona com a área total da propriedade, indicando que os produtores rurais estão optando por outras atividades mesmo nas propriedades maiores. Ainda, com o mesmo nível de significância relacionam com a renda bruta anual gerada na atividade principal às variáveis número de tratores (0,708), número de colheitadeiras (0,539), número de implementos agrícolas (0,626) e número de caminhões (0,687). Com a mesma significância, o número de tratores tem relação direta com o número de colheitadeiras, número de implementos agrícolas, número de caminhões e, com menor relação, com o cultivo de cereais.

Ainda, com o objetivo de verificar o grau de acompanhamento das propriedades a informação e tecnologia, ao investigar sobre o acesso à internet, constatou-se que apenas 29,5% deles contam com essa facilidade.

Em relação à condição legal dos produtores, 92,0% dos agricultores entrevistados são produtores individuais e 8,0% se organizam em sociedade, geralmente entre irmãos, cunhados, ou entre pais e filhos. Ainda, 92,0% das propriedades caracterizam-se por serem unifamiliares, ou seja, possuem apenas uma residência, e 8,0% são multifamiliares, possuindo mais do que uma residência.

Das propriedades que se utilizam da prática de atividades agrícolas, 87,2% contam com orientação técnica especializada para acompanhamento e auxílio na produção. Várias propriedades possuem mais de um tipo de orientação, às vezes um para cada atividade e, também, proveniente de mais de um local.

No que se refere à condição legal das propriedades, identifica-se que 88,6% das propriedades são compostas por terras próprias, 6,8% por terras em usufruto e 3,4% por terras arrendadas de terceiros. Em um caso a família residia em casa alugada no meio rural. Quanto à forma de utilização das terras, em 97,7% das propriedades é o proprietário que utiliza suas terras para o desenvolvimento das atividades e, nos 2,3% restantes, as terras são arrendadas para terceiros desenvolverem o plantio e colheita.

A obtenção das terras da maioria dos proprietários se deu por meio de herança, em 71,6% das propriedades; em 58,0% delas, as terras foram compradas de particular, em 3,4% as terras são arrendadas de terceiros e, em um (1) caso, a propriedade foi doada à família por particular. Em vários casos, parte da propriedade foi obtida por meio de herança e parte dela por meio de compra.

Em relação ao gênero dos responsáveis, em 92,2% das 90 famílias consideradas<sup>6</sup>, o mesmo é do gênero masculino, e em 7,8% delas é do gênero feminino. Quanto à idade dos responsáveis, situa-se entre 24 e 83 anos e a idade média é de 56 anos. Em 10,0% das propriedades, o responsável tem até 40 anos, em 22,2%, tem entre 40 e 50 anos, em 31,1% delas, o responsável tem entre 50 e 60 anos e em 36,7% o mesmo possui mais de 60 anos.

De todos os responsáveis, 44,4% recebem pensão ou aposentadoria, 84,4% são naturais do mesmo município e 15,6% vieram de outro município. Um percentual de 48,9% dos chefes de família reside na mesma propriedade desde que nasceram. Os outros 51,1% já residiram antes em outras propriedades e apenas 2,2% já residiram na zona urbana citando como motivo do seu retorno a qualidade de vida oferecida no espaço rural.

Sobre o nível de escolarização dos responsáveis, a grande maioria, 82,2% possui apenas ensino fundamental incompleto, 7,8% concluíram o ensino fundamental, 4,4% concluíram o ensino médio, 2,2% tem ensino médio incompleto, 2,2% são analfabetos e 1,1% possuem curso técnico. Nenhum dos responsáveis frequenta escola ou instituição de ensino superior atualmente.

Do total de responsáveis pelas famílias, 84,4% trabalham na propriedade e 15,6% não executam mais trabalhos na agricultura. De todos os chefes das famílias, 36,7% começaram a trabalhar antes dos 9 anos de idade, 60,0% iniciaram os trabalhos com idade entre 9 e 12 anos e 3,3% com 13 ou 14 anos.

Tratando-se da jornada de trabalho diária dos responsáveis pelas propriedades, 54,4% deles trabalham até 8 horas por dia e 45,6% trabalham de 9 a 13 horas diárias. Usualmente, 7,9% dos chefes de família iniciam suas atividades às 5 horas, 85,5% iniciam o trabalho entre as 5h30min e 8 horas e 6,6% iniciam as atividades depois desse horário. Quanto ao horário de encerramento das atividades, 7,9% dos responsáveis terminam os trabalhos antes das 15 horas, 15,8% encerram as atividades entre as 15 e 18 horas, 73,7% terminam seus afazeres entre as 18 horas e as 20 horas, e 2,6% acabam os serviços depois das 20 horas. Durante essa

---

<sup>6</sup> São consideradas aqui 90 famílias, dentro da amostra de 88 domicílios, porque umas das propriedades, multifamiliar, possuía três casas, e para cada uma delas foi citado um responsável.

jornada, 73,7% fazem até uma pausa para descanso ou alimentação, e 26,3% realizam 2 ou 3 pausas durante o trabalho.

Nas atividades para a subsistência, 61,1% dos responsáveis trabalham além de nos dias úteis, nos sábados, domingos e feriados. Nos períodos de plantio e colheita, 63,3% dos responsáveis também trabalham nos sábados, domingos e feriados.

Além dos trabalhos realizados na propriedade, 11,1% dos chefes de família também executam trabalhos externos. Destes, 50,0% realizam esses trabalhos na zona urbana, 30,0% trabalham na zona rural em outras propriedades, e 20,0% estão empregados em indústria situada na zona rural. Todos estes responsáveis que realizam trabalhos externos o fazem no mesmo município. A jornada diária no trabalho externo de 20,0% dos responsáveis é de 6 horas, 50,0% deles trabalham por 8 horas diárias e 30,0% realizam uma jornada diária de 10 horas em trabalhos externos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da revisão de literatura efetuada, pode-se afirmar que ocorre uma divisão entre grupos de proprietários rurais integrados ao padrão tecnológico dominante, e os estabelecimentos que não conseguem se inserir neste padrão. As pequenas propriedades baseiam-se na agricultura familiar, com a prática de diversas atividades para subsistência, além de algumas destinadas ao mercado. Como forma de complementar a renda, muitas propriedades aderem à prática de atividades não agrícolas. Os trabalhadores rurais estão inseridos em distintos processos de trabalho, muitos deles exercendo atividades em áreas não agrícolas. Caracterizam o processo de trabalho nas pequenas propriedades, o trabalho de todos os familiares, inclusive crianças, jornadas de trabalho diárias indefinidas e a exposição constante a riscos. A determinação do emprego do fator trabalho no setor primário é dada principalmente pela modernização das técnicas de produção, pela idéia de irrelevância desse mercado e pela pouca atenção a ele pelas políticas públicas.

Da análise dos dados coletados, percebe-se que as propriedades rurais pesquisadas, em sua maioria, são pequenas propriedades, desenvolvendo, além de atividades voltadas ao mercado, vários tipos de atividades para a subsistência da família. Pode-se dizer que o fator trabalho é essencialmente familiar, com poucos casos de contratação de empregados externos. O que ocorre, quando da necessidade de mão-de-obra além da familiar, é a troca de favores com vizinhos ou parentes.

Das atividades praticadas destinadas ao mercado, o cultivo de cereais, a criação de gado leiteiro e criação de aves são as principais, gerando uma renda média bruta anual de R\$ 43.225,88 às propriedades. Para a prática das atividades agrícolas nas propriedades, os produtores rurais utilizam máquinas próprias ou aquelas que possuem coletivamente, e da contratação eventual de serviços de terceiros. Assim, nos casos em que sobra força ou tempo de trabalho, opta-se pela prática de atividades não agrícolas.

Nota-se, pelo número e idade dos residentes, que poucas pessoas permaneceram no meio rural, e, em sua maioria, são as pessoas de maior faixa etária. A média de tempo de residência nas propriedades é de 30 anos, o que evidencia a forte ligação existente entre essas pessoas e suas moradias além de, em muitos casos, já fazerem parte da segunda ou terceira geração da família residente. Um dado preocupante é a baixa presença de jovens na zona rural, o que faz refletir sobre como ficará a situação deste setor em um futuro não tão distante.

Dos responsáveis pelas famílias, em sua grande maioria são homens, com idade média de 56 anos, baixa escolarização e, em alguns casos, conciliam o trabalho agrícola com trabalho externo. Como residem ainda poucas pessoas nas propriedades rurais, para os que realizam os trabalhos, a jornada torna-se mais longa, em muitos casos, de 9 a 12 horas diárias, havendo a necessidade de se trabalhar também em sábados, domingos e feriados.

A partir deste estudo conclui-se que a agricultura familiar tem importância relevante para a manutenção do setor primário principalmente dos pequenos municípios, pois, além de garantir a subsistência das famílias residentes, na maior parte dos casos, é capaz também de gerar valor. Como se pode ver, o setor pode apresentar várias oportunidades, além de proporcionar qualidade de vida aos residentes, condição que aponta à importância de se incentivar, principalmente a população jovem, para que permaneça e dê continuidade ao trabalho rural.

A análise apresentada constitui apenas um recorte de muitas outras análises e correlações possíveis no âmbito das particularidades das evidências envolvidas no/ objeto de estudo. O seu aprofundamento poderá contribuir para novos problemas de pesquisa e novas conclusões.

## REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 89, 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89andrioli.pdf> . Acesso em: 09 mar. 2011.

BALSADI, Otavio Valentim. Estrutura, Evolução e Tendência do Mercado de Trabalho. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (Org.). *Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira*. Brasília: IICA, nov. 2008, p. 95-134. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9. Disponível em:

<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/32/Serie%20DRS%20vol%209%20-%20Emprego%20e%20Trabalho%20na%20Agricultura%20Brasileira.pdf>. Acesso em 26 mar. 2011.

BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, jan./mar. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8599.pdf>. Acesso em: 26 out. 2011.

BÊRNI, Duilio de Avila (Org.). *Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 205-227, jan./abr., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf> . Acesso em: 20 out. 2011.

BUAINAIN, Antonio Márcio; DEDECCA, Claudio Salvadori. Introdução: Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (Org.). *Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira*. Brasília: IICA, nov. 2008, p. 19-61. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/32/Serie%20DRS%20vol%209%20-%20Emprego%20e%20Trabalho%20na%20Agricultura%20Brasileira.pdf>. Acesso em 26 mar. 2011.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; Dinâmicas dos Mercados de Trabalho no Campo. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (Org.). *Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira*. Brasília: IICA, 2008, p. 135-155. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/32/Serie%20DRS%20vol%209%20-%20Emprego%20e%20Trabalho%20na%20Agricultura%20Brasileira.pdf>. Acesso em 26 mar. 2011.

DIAS, Elizabeth Costa. Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil. In: PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. *Saúde do Trabalhador Rural – RENAST*. [S. L.], fev. 2006. Disponível em: [http://www.medicina.ufmg.br/dmps/2006/saude\\_trabalhador\\_rural.pdf](http://www.medicina.ufmg.br/dmps/2006/saude_trabalhador_rural.pdf). Acesso em: 05 set. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, Unesp Presidente Prudente, v.3, n.1, p. 11-27, jan./jun., 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf> . Acesso em: 20 out. 2011

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun., 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032008000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032008000200008) . Acesso em: 20 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 1920/2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em [http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&no=1&de=1](http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=1&de=1). Acesso em: 09 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuari\\_o.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuari_o.pdf). Acesso em: 09 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Primeiros Resultados do Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 09 mar. 2011.

JUCHEM, Dionise Magna; BOSCARIN Paola; CÉSPEDES, Edgardo Alfredo Herrera. Principais Problemas Enfrentados na Hora da Sucessão na Propriedade Rural: evidências empíricas. In: Semead, 8, FEA/USP, 11 a 12 ago. 2005, São Paulo. Área Temática: Gestão de Agronegócios. *Anais...* Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/92.pdf> . Acesso em 20. Acesso em: 20 out. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. O Trabalho Infantil na Agricultura Moderna. *Revista da UFG*, v. 7, n. 1, jun. 2004. Disponível em: [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/agro/K16\\_infantil.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/K16_infantil.html) . Acesso em 20 out. 2011.

MARQUES, Lilian Arruda. Perfil dos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho no Mundo Rural. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (Org.). *Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira*. Brasília: IICA, 2008, p. 440-461. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/32/Serie%20DRS%20vol%209%20-%20Emprego%20e%20Trabalho%20na%20Agricultura%20Brasileira.pdf>. Acesso em 26 mar. 2011.

SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo Dabdab. Caracterização Socioeconômica dos Municípios Gaúchos e Desigualdades Regionais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. SOBER, Brasília, v. 39, p. 117-142, 2001. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/379.pdf> . Acesso em: 09 mar. 2011.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BUAINAIN, Carlos Guanziroli; MÁRCIO, Antônio; BATALHA, Mário Otávio. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: CONGRESSO DA SOBER, 42, 2004, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: SOBER, 2004. v. 1. p. 1-20. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/09O442.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2011.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 107-146.